

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRIME DE GENOCÍDIO NO TRIBUNAL PENAL AD HOC PARA A EX - IUGOSLÁVIA: O CASO SREBRENICA

THE CONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF THE CRIME OF GENOCIDE IN THE PENAL TRIBUNAL AD HOC FOR THE EX-IUGOSLAVY: THE SREBRENICA CASE

Catharina Orbage de Britto Taquary¹

Mestre e Doutoranda em Direito

Centro Universitário de Brasília (UniCeub) - Brasília (DF) - Brasil

Eneida Orbage de Britto Taquary²

Mestre e Doutoranda em Direito

Centro Universitário de Brasília (UniCeub) - Brasília (DF) - Brasil

RESUMO: Analisa a construção da tipificação do crime de genocídio no Tribunal Penal Ad Hoc para a Ex - Iugoslávia. A tipificação do crime de genocídio tem por objetivo ressaltar os seus elementos, que foram evidenciados no massacre de Srebrenica. No referido evento, o genocídio foi caracterizado pela morte de diversas pessoas dentre homens, crianças e mulheres que fossem de etnia diferente da Sérvia. O ataque ao grupo étnico divergente caracterizou-se como limpeza étnica na forma de extermínio, que era antecedido por crimes de sequestros; redução à condição análoga de escravo; torturas e estupro. O crime de genocídio caracteriza-se por um ataque generalizado a grupos nacionais, religiosos, étnicos e raciais, havendo ou não participação estatal ou financiamento por estes grupos armados. No caso Srebrenica, objeto de análise, foi constatado que o genocídio ocorrido possuía como elementos os crimes acima descritos.

¹Doutoranda em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília /Distrito Federal - UniCEUB. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (2014) - UniCEUB e pela Universidad del Litoral de Santa Fe - Argentina. Advogada e Professora. Bolsista integral com dedicação exclusiva pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes para o curso de Doutorado em Direito e Políticas Públicas do UniCEUB. E-mail: catharinaorbage@yahoo.com.br

²Doutoranda em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília. Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (2006), Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2004). Delegada de Polícia Aposentada da Polícia Civil do Distrito Federal. Integrante do Observatório de Segurança Pública do Distrito Federal. Professora de Direito Penal, Direito Processual Penal e Legislação Penal e processual Penal Especial. E-mail: eneidataquary@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Genocídio. Tribunal Penal Ad Hoc para Ex-Iugoslávia. Caso Srebrenica.

ABSTRACT: Analyses the construction of the typification of the crime of genocide in the Penal Tribunal Ad Hoc for the ex-Iugoslavy. The typification of the crime of genocide has as objective to stick out its elements, which have been made evident in the carnage of Srebrenica. In the above mentioned event, the genocide was characterized by the death of several persons among men, women and children that were from an ethnicity diverse from the Serbian. The attack to the divergent ethnic group was characterized as ethnic cleaning in the form of extermination, which was anticipated by crimes of sequestration, reduction to the condition analogous to slavery, tortures and rapes. The crime of genocide characterizes by a generalized attack to national, religious, ethnics and rationals groups, with or without state groups or by the financing of armed groups. In the case of Srebrenica, the object of the analysis, it was made clear that the genocide that occurred had as elements the crimes above mentioned.

KEY WORDS: Genocide. Penal Tribunal Ad Hoc for the ex-Iugoslavy. Srebrenica case.

Introdução: da tipificação do crime de genocídio

O crime de genocídio tem origem na palavra grega *genos* (raça, nação tribo) com a palavra latina *cidio* (matar). É considerado um ataque à diversidade humana. Sua estrutura está ligada ao domínio totalitarista. O termo genocídio surgiu pela primeira vez na Resolução nº 96, adotada em 11 de dezembro de 1946, pela Assembleia geral das Nações Unidas, provavelmente como uma reação às práticas neonazistas de genocídio. (PINTO. 2003. Vol. 78). Contudo, a primeira vez em que foi conceituado juridicamente e tratado como crime internacional foi na Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio de 1948. Foi separado do conceito de crimes contra a humanidade em razão de suas próprias características, sendo estabelecido, posteriormente, no artigo 6º do Estatuto de Roma, diferenciando-se definitivamente crime de genocídio e crime contra a humanidade. (PINTO. 2003. Vol. 78).

O crime de genocídio é considerado como ataque generalizado a membros de grupos nacionais, religiosos, étnicos e raciais, com ou sem participação estatal ou financiado por este. Em geral, é praticado na forma de limpeza étnica, na forma de assassinatos, o que significa tirar a vida de membros de um grupo, acima

referido, causando-lhe a morte. (SAMARY. 2006. n 88. P. 5-19)

A morte de membros dos grupos referenciados é a expressão mais robusta do genocídio, porque extermina não apenas a vida, mas destrói todos os outros direitos os quais foram ou seriam gerados com esta. (OLIVEIRA. n. 2, p. 117-131, jul./dez. 2003).

Os elementos componentes do crime de genocídio, em regra, são condutas caracterizadas como crimes autônomos nos diversos sistemas penais domésticos, como o aborto, o estupro, a redução à condição análoga à de escravo, torturas e maus-tratos.

Nos grupos vitimados por esse crime, não estão incluídos os grupos políticos, sendo este fato defendido, na época, principalmente pela União Soviética, Brasil, Peru e Egito. Essa exclusão ocorreu devido a uma negociação na Convenção de 1948, e os principais argumentos eram os de que os grupos políticos não apresentam características estáveis, permanentes e homogêneas; o conceito do que é político seria muito amplo para possibilitar uma análise objetiva; e que haveria uma grande interferência externa nos assuntos de política interna dos Estados. Essa política foi alvo de grandes críticas por diversos Estados, no entanto, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional manteve a exclusão. (SAMARY. 2006. n 88. P. 5-19)

Outro elemento essencial do crime de genocídio é a intenção de destruir, seja na totalidade, ou seja, em parte, um determinado grupo. O genocídio, geralmente consumado em um ataque a um elevado número de pessoas, pode se constituir, por exemplo, no assassinato de um único indivíduo, se estiver presente a intenção de destruir um dos grupos nacionais, religiosos, étnicos e raciais. (PINTO. 2003. Vol. 78).

Destaca-se ainda que o crime de genocídio é um crime de consumação antecipada, pois não requer, para a sua consumação, a destruição de um grupo, mas tão somente a realização de atos direcionados para essa finalidade, ou seja, desde que o agente que pratica o crime tenha o objetivo de destruir total ou parcialmente um grupo nacional, racial, étnico ou religioso, o genocídio está efetivado e consumado. Então, o referido crime de forma clara não admite tentativa, tratando-se portanto de um crime formal. (2003, P. 168).

1 O massacre de Srebrenica

O massacre de Srebrenica foi um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Bósnia, a qual teve início em 1992, quando a maioria muçulmana da Bósnia-Herze-

govina, república resultante da ex-Iugoslávia, declarou independência da Sérvia. O conflito durou três anos e deixou cem mil mortos e dois milhões de refugiados. (SILVA, 2011, P. 15).

Em Srebrenica, cidade localizada ao leste da Bósnia e Herzegovina, o Exército sérvio da Bósnia matou cerca de oito mil muçulmanos, entre idosos, homens e meninos. O restante da população muçulmana foi expulsa da cidade. O genocídio foi revelado quando aviões dos Estados Unidos fotografaram milhares de covas rasas. O episódio é considerado o maior massacre ocorrido na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. (SILVA, 2011, P. 15).

As forças sérvias bombardearam Srebrenica de 6 a 11 de julho, antes de entrarem na cidade acompanhadas de equipes de filmagem. No dia seguinte, mulheres e crianças foram separadas dos homens e colocadas em ônibus, mostraram gravações da TV da Sérvia. Os homens e meninos foram separados “para interrogatório por suspeitas de crimes de guerra”. (SILVA, 2011, P. 15).

O futuro da Iugoslávia, como união socialista, estava condenado. O conflito na Croácia foi uma prévia do que aconteceria na Bósnia em 1992: milhões de refugiados, um país destruído, um banho de sangue. A morte e a exclusão de pessoas que não fossem da própria etnia, no entanto, não advinham da guerra, e sim do objetivo principal da política nacionalista sérvia, que visava à criação de um estado etnicamente puro. (SILVA, 2011, P. 15).

A descentralização política não era de interesse das lideranças iugoslavas, ou seja, da Sérvia, de onde partiam as decisões do centralizado Partido Comunista. No começo da década de 1990, estudos diziam que, em uma guerra entre Sérvia e Croácia, a Bósnia sairia como a maior perdedora. E foi o que de fato ocorreu, não era difícil de prever: a população da Bósnia era e ainda é a mais heterogênea de todas as repúblicas iugoslavas. (SILVA, 2011, P. 15).

Isso se constata a partir de dados em que se demonstram que em 1991, 44% dos 4,4 milhões de habitantes eram bósnio-muçulmanos, 31% sérvios e 17% croatas; o nacionalismo começava a ser pensado e cultivado pelas forças políticas; o país caminhava rumo à independência, declarada em março de 1992, após referendo boicotado pela população servo-bósnia. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). 2015).

Em setembro de 1991, em meio à guerra entre Sérvia e Croácia, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução que decretava o embargo total de armas a todos os países da Iugoslávia. A decisão pouco afetou os sér-

vios, os quais controlavam o exército iugoslavo, o terceiro maior da Europa; e os croatas, que contavam com a entrada de armas contrabandeadas, vindas pela considerável faixa litorânea do país com total acesso ao mar Adriático. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

A Bósnia, porém, não contava sequer com exército próprio até 15 de abril de 1992, nove dias depois de o país ter sido reconhecido pela União Europeia, e nove dias depois de a guerra ter se instaurado de vez. Nos primeiros dois meses de batalha, mais de 60% de todo o território fora tomado pelas tropas sérvias, divididas entre o exército iugoslavo, o exército da autoproclamada República Sérvia e forças paramilitares, algumas financiadas desde 1991 pelo Ministério de Assuntos Internos da Iugoslávia. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

Mas, o reconhecimento da soberania bósnia era contraditório, pois, como membro da ONU, o país tinha, de acordo com a Carta da organização, o direito de se defender de ataques externos, contudo, isso não era possível, já que a própria ONU mantinha vigente o embargo de armas desde 1991. A carência bélica era óbvia, principalmente no campo da artilharia pesada. (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 819, 16 abr. 1993)

Havia estimativas que, enquanto o exército da Bósnia contava com apenas dois tanques e dois blindados, os sérvios tinham, em seu arsenal, trezentos tanques e duzentos blindados, além de oitocentas peças de artilharia e quarenta aeronaves, usadas em bombardeios. (SILVA, 2011, P. 20-29).

Em menos de dois meses de guerra, 1 milhão de pessoas viviam como refugiados. As grandes potências assistiam à tragédia humanitária que se configurava na Bósnia sem intervenções. O país não tinha importância econômica e não era interessante aos governos europeus a formação de um país de maioria muçulmana no continente. Além do fato de que Estados Unidos, França e Inglaterra passaram por situações de transição eleitoral no período entre 1992 e 1995. Guerras alheias não costumam atrair votos. (SILVA, 2011, P. 20-29).

E ainda, Slobodan Milosevic incitava os sérvios da Bósnia a levarem em frente o plano de um Estado etnicamente puro. Internamente, havia também a atuação de Radovan Karadzic, um grande mentor político e presidente da República Sérvia da Bósnia. Ele e o general de seu exército, Ratko Mladic, sistematizaram, com a ajuda de tropas paramilitares, a limpeza étnica de todo o país, mas com atenção especial à região oriental, próxima à Sérvia.

Entre maio de 1992 e janeiro de 1993 o território de Srebrenica se expandia,

porém, a situação humanitária só piorava com o tempo. Os sérvios mantinham o controle das estradas que ligavam a cidade a áreas dominadas pelo governo central. E ainda, comida, medicamentos e outros suplementos não chegavam à região. Pessoas eram levadas a hospitais com ferimentos simples e morriam devido à falta de medicamentos. Havia problemas de proporções epidêmicas, como piolhos e sarnas. (SILVA, 2011, P. 20-29).

Um médico britânico da Organização Mundial da Saúde(OMS) relatou que entre vinte a trinta pessoas morriam por dia, aproximadamente, em Srebrenica. Em fevereiro de 1993, um relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados descreveu a situação vivida como a de: “pessoas que não têm comida de verdade há tempos”. Sobrevivem de joios de trigo e de raízes das árvores. Pessoas morrem de fome e exaustão. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

Comboios aéreos passaram a ser utilizados pela ONU como uma tentativa de amenizar a situação. Entre março e junho de 1993, aproximadamente 1900 toneladas de comidas e mantimentos chegaram a cidade pelos ares. Já em terra, os sérvios iniciaram uma grande ofensiva, em março de 1993, e tomaram várias vilas ao redor de Srebrenica. Cometeram assassinatos, explodiram casas, expulsaram pessoas, entre outras coisas. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

As casas em Srebrenica chamavam a atenção e seguiam um padrão: eram quadradas, com dois ou três andares, divididas em duas alas, esquerda e direita. De um lado havia a porta, e do outro a janela. No Segundo piso, de um lado uma sacada e do outro mais outra janela. Eram residências humildes, mas longe de parecerem desconfortáveis. Menos da metade tinham paredes pintadas. A maioria tinha paredes rebocadas, com coloração em cinza morto. O cimento era comum no visual de todas as casas e servia como um remendo, esparadrapo de cicatrizes vindas da guerra. (SILVA, 2011, P. 15).

Entre maio de 1993 a junho de 1995, a situação militar dentro e ao redor de Srebrenica era considerada estável. Não houve nenhuma tentativa de intervenção armada, tanto pelos bósnios quanto pelos sérvios, para tomada de territórios. Durante esse tempo, o território contava com a presença de soldados da UNPROFOR, a força de paz da ONU dentro da Bósnia. (SILVA, 2011, P. 15).

Um batalhão canadense com cerca de 170 soldados foi o primeiro a entrar no território de Srebrenica, em 18 de abril de 1993. Foram eles os responsáveis

pela desmilitarização da cidade. Embora a desmilitarização tenha sido considerada como completa, como afirmou um comunicado divulgado para a imprensa pela UNPROFOR, ela não se deu de maneira efetiva, pois seus soldados não tinham mandato para buscarem armas nas casas dentro de Srebrenica. (SILVA, 2011, P. 15).

A partir de janeiro do ano de 1995, o terceiro batalhão holandês assumiu o posicionamento no intuito de garantir a segurança em Srebrenica. Oito postos de observação foram instalados ao longo dos 50 quilômetros da chamada “área de segurança”. O cerco dos sérvios se tornou tão intenso a partir do mês de fevereiro que até os suplementos de comida e combustível das tropas eram impedidos de entrar na cidade. (SILVA, 2011, P. 15).

No começo de junho de 1995, um dos postos de observação no Sul de Srebrenica foi tomado pelos servo-bósnios. Era o início de uma operação militar minuciosa, que atingiu o seu ápice em 6 de julho de 1995, o dia em que marcou o início do fim da cidade como área de segurança. A cidade passa a ser alvo de bombardeios constantes. As tropas da ONU nada puderam fazer diante do monstruoso cenário que se formava. (SILVA, 2011, P. 15).

A situação das tropas holandesas em Srebrenica não era boa. Em 1995, após o terceiro batalhão holandês assumir o mandato da ONU na “área de segurança”, comboios semanais passaram a ser bloqueados pelas tropas sérvias, que mantinham a cidade sob controle. Alimentos frescos e comida congelada que compunham a base da dieta dos soldados, não chegavam mais com frequência. (SILVA, 2011, P. 15).

Em 11 de julho de 1995, uma bandeira sérvia foi hasteada em uma padaria ao sul da cidade. Srebrenica havia caído de vez. A população estava dividida em dois grandes grupos: o primeiro e maior deles, com cerca de 25 mil pessoas foi para uma vila a 6 quilômetros do centro da cidade. O outro grupo, menor, com cerca de 15 mil homens em sua maioria, se concentrou em um vilarejo. (SILVA, 2011, P. 15).

Quando caiu a noite, soldados muçulmanos tentaram romper as linhas das tropas sérvias nas estradas. O primeiro aglomerado de 15 mil homens que deixaram Srebrenica obteve sucesso em sua missão e conseguiu seguir em frente. No entanto os sérvios se restabeleceram antes que os civis chegassem naquele ponto. (SILVA, 2011, p. 60).

Ao contrário da situação territorial, que era estável, a vida em Srebrenica só piorava com o passar dos meses. Em todo o ano de 1994, um total de 5.858 toneladas de ajuda humanitária foram entregues, um número bem menor do que as

8.916 toneladas fornecidas em 1993. O fornecimento de água e energia era cortado com frequência pelos sérvios, que nunca deixaram de controlar a chamada “área de segurança”.(SILVA, 2011, P. 15).

Existiam caminhões que, além da ajuda humanitária a qual traziam, marcaram um fato que poderia ter mudado o destino de Srebrenica. Os comboios foram autorizados pelos sérvios visando não o objetivo de fornecer ajuda humanitária e sim como uma oportunidade que visava a retirada de civis da cidade, o que contribuía para acelerar a limpeza étnica desejada por eles.(SILVA, 2011, P. 15).

O governo bósnio restringiu as evacuações na cidade, enfraquecendo assim a resistência dos muçulmanos. Com isso, caminhões foram proibidos de entrar em Srebrenica, no final de abril de 1993. Mais de oito mil pessoas já haviam sido transportadas para outra cidade, Tuzla. (SILVA, 2011, P. 15).

O melhor resumo da situação veio por um relatório feito em 13 de julho de 1995, pela ONU, em que se registrava que os homens de Srebrenica são divididos em quatro grupos: os que estavam vivos tentando escapar pelas matas; os que já haviam sido mortos tentando escapar; os que se renderam aos sérvios e já tinham sido mortos e os que se renderam e logo seriam mortos. (SILVA, 2011, P. 15).

Soldados batalharam contra os sérvios, até que em 16 de julho, o primeiro bloco de refugiados em Srebrenica atingiu o território controlado pelas forças do governo. Já outros soldados, cansados e sem defesa, se renderam às tropas sérvias que realizavam emboscadas. Muitos morreram em florestas, vítimas de tiros e explosões; outros foram executados pelos sérvios; e alguns, cometiam suicídio pois sabiam o que os esperava nas mãos dos sérvios. (SILVA, 2011, p. 61).

Um número considerável de muçulmanos escapou, mas os que ficaram enfrentaram o pior. Milhares de homens e meninos com idades entre 10 a 77 anos foram cercados e assassinados. Aqueles que tentaram se esconder em suas casas foram, de acordo com as evidências apresentadas no julgamento do general sérvio Radislav Krstic em Haia em 2000, “caçados como cães e massacrados”. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

Mais de sessenta caminhões com os refugiados saíram de Srebrenica para locais de execução onde eles foram vendados, tiveram as mãos amarradas e foram mortos por disparos de rifles automáticos. Algumas das execuções foram feitas à noite sob a luz de refletores. Posteriormente, escavadoras industriais empurraram os corpos para valas comuns. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

“Alguns foram enterrados vivos”, disse- em 1996, ao tribunal de Haia -o policial francês Jean-Rene Ruez, que coletou evidência de muçulmanos bósnios. Segundo ele, há provas de que as forças sérvias mataram e torturaram os refugiados. Muitos cometeram suicídio para evitar que seus narizes, lábios e orelhas fossem cortados fora. Também há relatos de que adultos foram forçados a matarem seus filhos ou assistir aos soldados darem fim à vida de crianças. (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV) 2015).

Massacres em grandes proporções ocorreram após a tomada de Srebrenica, todos com o mesmo padrão: rendição de homens, que eram levados a lugares determinados e depois executados. Um exemplo disso foram os mil fugitivos da cidade que foram levados até uma fazenda no vilarejo de Kravica e lá ficaram detidos e colocados em um depósito. Após isso, foram mortos a tiros com armas de baixo calibre, metralhadoras e granadas. (SILVA, 2011, p. 61).

Havia a chamada Comissão Internacional de Pessoas Desaparecidas (ICMP), um órgão independente cuja principal missão era a de cooperar com o governo central da Bósnia para encontrar pessoas desaparecidas. Mas, a denominação “desaparecido” em um país dominado pela guerra vai muito mais além do que se constata em páginas policiais dos jornais, pois, na verdade, havia mortos cujos corpos até hoje não foram encontrados, com cerca de 10 mil mortos, de acordo com as estimativas do ano de 2009. (SILVA, 2011, p. 69).

O número de pessoas executadas, porém consideradas como “desaparecidas” varia de acordo com a fonte consultada. A Comissão Federal para pessoas Desaparecidas, um órgão da Federação da Bósnia-Herzegovina divulgou no ano de 2005 uma lista com 8.016 nomes. A Comissão Internacional para Pessoas Desaparecidas (ICMP), responsável pela identificação dos mortos que foram enterrados em valas coletivas na Bósnia, trabalha com um banco de dados com cerca de 7.789 nomes. (SILVA, 2011, p. 62).

A exemplo disso, há um caso descoberto, de um homem, que foi assassinado após 11 de julho e que teve seus restos mortais encontrados em quatro pontos diferentes, sendo que duas partes do corpo estavam a vinte quilômetros de distância das outras duas. O estudo dos ossos dessa e de outras vítimas de Srebrenica é de responsabilidade do ICMP. (SILVA, 2011, p.70).

O caso do massacre em Srebrenica é tão particular que o ICMP tem instalações exclusivas para lidar com os mortos do massacre. Estas estão localizadas em Tuzla, no chamado Projeto de Identificação de Podrinje, uma região localizada

no Leste da Bósnia, em que Srebrenica se encontra. Além desse fato, é preciso ressaltar que o massacre teve grandes proporções devido à existência das covas coletivas secundárias. (SILVA, 2011, p.70).

As forças sérvias, com o objetivo de ocultar suas atrocidades contra os muçulmanos, escavaram covas coletivas em diversos pontos da região de Srebrenica, muitos desses pontos ainda não desvendados, e lá depositaram os corpos das pessoas assassinadas. E ainda, em muitos casos, os corpos enterrados foram removidos com auxílio de tratores e transportados para outros lugares. (SILVA, 2011, p.70).

O estupro durante a guerra na Bósnia também era comum e não se resumia a atos isolados cometidos por soldados. Esse era um dos métodos da política geral das forças servias contra a população civil, sendo que houve os conhecidos campos de estupro, que foram instaurados com esse propósito específico. O governo afirma que pelo menos 13 mil mulheres foram violentadas entre os anos de 1992 e 1995. Uma missão realizada pela Comunidade Europeia divulgou um relatório no ano de 1993 em que se estima um número em torno de 20 mil mulheres. (SILVA, 2011, p. 64).

Cidades e vilarejos às margens do rio Drina na fronteira natural entre Bósnia e Sérvia caíam. As tropas sérvias regulares ou paramilitares pilhavam as casas das populações muçulmanas e depois as destruíam. Mulheres foram estupradas, homens levados a campo de trabalho forçado e um grande número de civis, independente do sexo, foram executados, por serem de uma etnia e religião diferente. (SILVA, 2011, p. 19).

Contudo, uma pequena população de uma cidade situada em meio às montanhas resistiu, nos primeiros anos de guerra, à agressão sérvia no leste do país. Srebrenica era o nome da referida cidade, lugar de origem de mais de oito mil muçulmanos assassinados sistematicamente em julho de 1995, em um período de pouco mais de uma semana. Uma cidade marcada pelo genocídio. (SILVA, 2011, p.19).

A cidade, no dias atuais conta com aproximadamente 6 ou 7 mil habitantes. Dentre esses, a maioria é constituída por famílias que foram expulsas durante a guerra e voltaram nos últimos anos. Além do trauma deixado e das más lembranças, muitos não retornaram pois a cidade se encontra em uma frágil estrutura: além de ter sido destruída pela guerra, Srebrenica não oferece emprego para a população e os investimentos são escassos. (SILVA, 2011, p. 53).

Parte das famílias que voltaram, atualmente, para Srebrenica, tem como renda a pensão do governo para parentes de ex-militares, inválidos e pessoas desaparecidas. Já outrassobrevivem com a ajuda fornecida por remessas de dinheiro oferecidas por outros parentes que antes eram refugiados e habitavam a cidade, mas que hoje a deixaram. (SILVA, 2011, p. 53).

Em Srebrenica, todos os anos, se realiza a chamada Marcha da Paz, um evento aberto a todos que queiram participar, feito em memória das vítimas do massacre em 1995. São cerca de 110 quilômetros caminhados durante três dias e três noites, com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para que nunca se esqueçam do que foi o genocídio ocorrido na cidade. (SILVA, 2011, p. 49).

De acordo com a organização da marcha, mais de três mil pessoas participaram no ano de 2009, o que se torna motivo de orgulho para quem a acompanha desde o seu início. Em sua primeira edição, realizada em 2005, contou com menos de cem pessoas. A ideia anteriormente não tinha o apoio de nenhuma instituição ou órgão do governo, e a divulgação era pequena. Atualmente, devido às grandes proporções que o evento adquiriu, participam e contribuem para a marcha, as Forças Armadas da Bósnia-Herzegovina, o Ministério Federal para Refugiados, a Cruz Vermelha e uma instituição de caridade muçulmana. A ajuda normalmente vem em forma de comida, água, equipes médicas, ambulâncias e tendas. E ainda, o evento atingiu também a televisão e a internet. (SILVA, 2011, p. 92).

Nos últimos anos, os investimentos feitos na cidade são no sentido de reconstruí-la, tanto no aspecto de sua infraestrutura quanto no desenvolvimento do turismo ligado à natureza. Além das florestas e dos animais, presentes em abundância na região, Srebrenica também é rica em fontes hídricas, sendo que estudos apontam que suas águas têm propriedades medicinais devido a grandes concentrações de minerais. (SILVA, 2011, p. 53).

2 Aspectos processuais penais do caso Srebrenica

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia já indiciou 161 pessoas, das quais 125 já foram julgadas e 36, segundo a referência. Entre esses criminosos, estão alguns dos nomes mais influentes no massacre de Srebrenica: Goran Hadzic e Ratko Mladic. (SILVA, 2011, p. 39).

Um dos principais autores do massacre de Srebrenica é Ratko Mladic, um ex-líder militar servo-bósnio e uma das figuras da guerra civil da Bósnia, ele foi acusado de ter ordenado conscientemente o massacre de Srebrenica, que matou 8.000

mil bósnios muçulmanos em 1995, durante a Guerra da Bósnia. (IRIGOIN. 2000).

Mladic começou a ser julgado em 16 de maio de 2012 no Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia (TPII), localizado em Haia, e a Promotoria pretende demonstrar a responsabilidade do sérvio pelos crimes de guerra e genocídio cometidos na Bósnia entre os anos de 1992 e 1995. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

O promotor do caso Peter McCloskey assinalou que Mladic liderou pessoalmente as ações de detenção, transporte e assassinato em Srebrenica. "Um exército desorganizado não acaba com a vida de 8.000 mil pessoas. Só é possível alcançar algo assim com um exército bem liderado e dirigido, que sabe o que faz", assegurou McCloskey. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Foi apresentada em uma filmagem utilizada pela promotoria, em que mostra um vídeo em que Mladic, filmado por um mercenário, manda seus homens continuarem "a vingança contra os turcos", e queima uma bandeira da Turquia hasteada no enclave de Srebrenica. A gravação corresponde a 11 de julho de 1995, quando começou o massacre dos bósnios muçulmanos. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Os promotores apresentaram, durante o julgamento, as versões de 411 testemunhas, onde sete delas falaram na Corte de Haia. O início do julgamento acontece um ano após a detenção de Mladic e 17 anos depois de o tribunal ter publicado a primeira acusação contra o ex-general. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Mladic, capturado em maio de 2011, enfrenta duas acusações de genocídio: uma decorrente de limpeza étnica e outra pelo massacre perpetrado no auge da guerra, quando seus soldados dominaram um pequeno contingente das forças de paz da ONU em Srebrenica. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Além de Mladic, que foi acusado formalmente pelo Tribunal Penal Internacional porém ainda não condenado, outros militares envolvidos no caso também foram acusados, no entanto, já condenados. Entre eles está o caso de Zdravko Tolimir, que quando preso em 2007 foi considerado o terceiro criminoso de guerra mais procurado pelo TPI para a ex-Iugoslávia, a seguir a Radovan Karadzic. Responsável pela segurança do exército dos sérvios na Bósnia durante a guerra, Tolimir era um dos sete comandantes adjuntos que prestavam contas diretamente ao Chefe de Estado Maior, Ratko Mladic. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Zdravko Tolimir teria facilitado em um momento oportuno a fuga do chefe

Mladic, que continua a ser julgado em Haia. Tolimir foi preso em 2007 na fronteira entre Sérvia e a República Srpska graças à cooperação das polícias sérvia e bósnia. O processo começou em fevereiro de 2010 depois de vários atrasos devido ao seu frágil estado de saúde. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

O Tribunal Penal para a ex-Iugoslávia (TPII) o acusa de genocídio, assassinato, expulsão e tratamento cruel aos muçulmanos da Bósnia Herzegovina, nos enclaves de Srebrenica e Zepa. Segundo a acusação, Tolimir conhecia, devido ao cargo que ocupava no exército, o plano que existia para eliminar a população muçulmana desses enclaves. (O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. 1998).

Além da acusação de genocídio, ele também foi considerado culpado em seis outras acusações, incluindo extermínio, assassinato, perseguição e transferência forçada. No entanto sua defesa alegava que o massacre em Srebrenica foi parte de uma operação militar contra terroristas muçulmanos armados e não tinha como objetivo atacar a população civil.

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia condenou à prisão perpétua o ex-general sérvio-bósnio Zdravko Tolimir, de 64 anos, considerado culpado de genocídio por seu papel no massacre de Srebrenica, em 1995. Três juízes do tribunal de Haia condenaram Tolimir por “não apenas saber das intenções genocidas de seus companheiros, mas também partilhá-las”, declarou o juiz Christoph Fluegge. (PEACE PLEDGE UNION INFORMATION. 2015).

Os crimes de genocídio, guerra e contra a humanidade desde a Primeira Guerra Mundial eram considerados como violação aos costumes de guerra. Os referidos crimes *derelicta juris gentium*, porém não eram julgados por órgãos internacionais como os que existem atualmente, eles eram julgados pelos próprios Estados da época. (PEACE PLEDGE UNION INFORMATION. 2015).

Após a Primeira Guerra Mundial e com o surgimento da chamada Liga das Nações já havia o pensamento de criar um Tribunal Penal Internacional, mas, estava clara a ausência de critérios de definição dos crimes nos quais o TPI julgaria, sendo que tais crimes seriam submetidos a uma jurisdição internacional, distinguindo-os dos crimes de jurisdição nacional.

Com os Tribunais Militares de Nuremberg e Tóquio, a responsabilidade penal dos indivíduos é reconhecida e codificada nos tribunais ad hoc que viriam a ser formados por decisão do CONSELHO DE Segurança da ONU. (SILVA.2003.P. 167-168).

Deve-se observar ainda que os chamados crimes de ocorrência internacional ou crimes internacionais são considerados uma ameaça aos interesses de toda a

comunidade internacional, desse modo são entendidos por serem específicos e por possuírem as seguintes características: as condutas praticadas são realizadas em ataques de forma sistemática contra quaisquer populações civis. É o caso dos crimes contra a humanidade; São atos elaborados em planos ou políticas, repetidos em grande escala. É o caso dos crimes de guerra. (SILVA.2003.P. 168).

Esses crimes, geralmente, são ordenados por um chefe de Estado, funcionários do governo em cargos elevados, líderes políticos ou líderes de grupos criminosos organizados, com exceção no caso do crime de agressão. A partir disso pode-se definir e tratar individualmente cada tipo penal ocorrido nos crimes presentes no caso Srebrenica, crimes estes previstos no Estatuto de Roma que rege o Tribunal Penal Internacional. (SILVA.2003.P. 168).

Contudo, apenas após o período da Guerra Fria, a comunidade internacional entra em consenso sobre a necessidade de tipificação dos crimes internacionais para que os criminosos não permanecessem impunes, e que, portanto, eles deveriam ser julgados e neles aplicados a punição por um Tribunal Internacional permanente. Isso se deve ao fato de que mesmo 50 anos após a Segunda Guerra Mundial, várias atrocidades continuavam a ocorrer nos anos 90, como por exemplo a limpeza étnica e as violações a todo instante aos direitos humanos. (SILVA.2003.P. 168).

Após esses acontecimentos, a Comissão de Direitos Internacionais da ONU (CDI), após a resolução 44/1939 da Assembleia Geral preparou o primeiro projeto de Estatuto de um futuro Tribunal Penal Internacional. Os crimes abrangidos eram: genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, agressão e outros listados em Tratados anexados ao projeto, como terrorismo, tortura e narcotráfico. Sendo estes últimos excluídos nas reuniões preparatórias da Conferência de Roma, ocorrida em 1998. (2003.P. 168).

De acordo com o Estatuto do TPI, os crimes de genocídio, de guerra, contra humanidade e de agressão, estão tipificados no Tratado e receberiam o nome de crimes de maior gravidade, que afetam a humanidade como um todo, podendo ser praticados tanto em tempos de conflitos armados como em tempos de paz. Os Estados que ratificarem o Estatuto de Roma estão obrigados a criminalizar essas condutas. (2003.P. 168).

A política da limpeza étnica no caso apresenta características do crime de genocídio. E ainda, a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso pode ser claramente vista em Srebrenica e em seus arredores, principalmente pelo extermínio em massa dos muçulmanos, ocorrido

após a queda de Srebrenica em julho de 1995, cometido em circunstâncias que manifestam crueldade sem limites. (2003. P. 169).

Há que se mencionar ainda o caso dos agentes Karadzic e Mladic. O TPI considerou que praticaram atos que violaram as bases sócio culturais do grupo vitimado no massacre, sendo entendido nesse caso como a intenção de destruir especificamente esse grupo. E que portanto, os métodos utilizados pelos agentes sérvios para destruir esses grupos não sérvios, ou seja, muçulmanos, feriam o núcleo de valores cultivados por eles, visando ao seu desmembramento com uma consequente eliminação. (2003.P. 169-170).

Os agentes que cometeram o massacre de Srebrenica foram acusados dentre outros crimes, os de: genocídio, crime de guerra e crimes contra a humanidade, sendo que, já citados anteriormente, o caso dos militares Zdravko Tolimir e Ratko Mladic. Tolimir foi condenado à prisão perpétua, de acordo com o artigo 77, parágrafo 1º, alínea “b”, excepcionalmente devido à gravidade dos crimes que cometeu no massacre. Enquanto Mladic é acusado de crimes de guerra, genocídio e contra a humanidade, de acordo com os artigos 6º, 7º e 8º do Estatuto, mas por enquanto não foi condenado. (BRASIL. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. 2015. P. 520)

Durante a Guerra da Bósnia, muitas foram as atrocidades cometidas para eliminar bósnios muçulmanos e bósnios croatas. Esses crimes foram liderados pelos bósnios sérvios e visavam garantir a supremacia desta etnia sobre as outras, ressaltando o objetivo sérvio de torna-se a principal República da Iugoslávia. No entanto, o TPI para a ex-Iugoslávia tem julgado com eficácia muitos dos prováveis responsáveis pelo massacre. (2013. GOMES; FRANCO; MELO; IMPARATO. P. 207-208).

Como líder sérvio na Bósnia e Herzegovina, Radovan Karadzic teve papel fundamental no plano de ação sérvio contra as demais etnias existentes na Bósnia e Herzegovina. Portanto, em julho de 1995, o Procurador-Geral do Tribunal para a Antiga Iugoslávia, apresentou uma denúncia referente a Karadzic em fevereiro de 2009, contendo onze acusações. (2013. GOMES; FRANCO; MELO; IMPARATO. P. 207-208).

Os fatos levados em consideração para a elaboração das acusações foram diversos, e apontava para a perseguição sofrida pelos bósnios muçulmanos e bósnios croatas no território da Bósnia Herzegovina, motivada por razões nacionais, étnicas e religiosas. Foi constatado o confinamento ilegal de pessoas em campos de detenção, onde muitos eram torturados física e psicologicamente, mortos,

abusados sexualmente e submetidos a trabalho forçado. (2013. GOMES; FRANCO; MELO; IMPARATO. P. 207-208).

O sérvio Karadzic foi acusado de cometer genocídio, crimes contra a humanidade e violações das leis e costumes de guerra. Foram duas acusações de genocídio; cinco acusações de crimes contra a humanidade, devido às práticas de extermínio, assassinato, perseguição racial, dentre outros; e quatro acusações de crimes de guerra. Logo após a aprovação das acusações iniciais, foi expedido um mandado internacional de prisão contra o sérvio. Porém, ele apenas foi preso em 2008, 13 anos depois. O caso de Karadzic também é emblemático no Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia, pelo fato de o sérvio ser um dos últimos indiciados pelo Tribunal, mas ainda não julgado. (2013. GOMES; FRANCO; MELO; IMPARATO. P. 207-208).

Considerações finais

Com relação ao caso Srebrenica, a jurisprudência do Tribunal Penal ad hoc para a ex-Iugoslávia contribuiu de forma considerável para a evolução do conceito de crime de genocídio. A própria noção de limpeza étnica como forma de genocídio foi confirmada no julgamento do caso Srebrenica, em 1995.

O massacre de Srebrenica foi um dos episódios mais sangrentos e devastadores da Guerra da Bósnia, quando o exército sérvio aniquilou cerca de oito mil muçulmanos. Este episódio é considerado o maior massacre ocorrido na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. A população da Bósnia, considerada como a mais heterogênea de todas as repúblicas Iugoslavas, com 44% dos 4,4 milhões de habitantes como sendo bósnios-muçulmanos, foi a mais prejudicada.

A descentralização política não era de interesse das lideranças Iugoslavas, ou seja, da Sérvia, de onde partiam as decisões do centralizado Partido Comunista. Com isso, a partir do acontecimento da guerra entre Sérvia e Croácia, a Bósnia saiu como a grande perdedora.

Durante a Guerra da Bósnia, muitas foram as atrocidades cometidas para eliminar bósnios muçulmanos e bósnios croatas. Esses crimes foram liderados pelos bósnios sérvios e visavam garantir a supremacia desta etnia sobre as outras, ressaltando o objetivo sérvio de tornar-se a principal República da Iugoslávia.

Os agentes que cometeram o massacre de Srebrenica, na maioria militares Sérvios, foram acusados de cometerem dentre outros crimes, os crimes de: ge-

nocídio, crime de guerra e crimes contra a humanidade. Tendo como mentores e posições de destaque no massacre os chefes militares Zdravko Tolimir, Radovan Karadzic e Ratko Mladic.

A política da limpeza étnica do caso apresenta características do crime de genocídio e ainda, a intenção de destruir, no todo ou em parte, um determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Isso pôde ser claramente vista em Srebrenica e em seus arredores, principalmente pelo extermínio em massa dos muçulmanos, ocorrido após a queda de Srebrenica em julho de 1995, cometido em circunstâncias que manifestam crueldade sem limites.

Com o advento do referido massacre, a cidade de Srebrenica nos dias atuais se encontra em grave situação, pois sua população está em aproximadamente 6 ou 7 mil habitantes e, dentre esses, a maioria se constitui por famílias que foram expulsas durante a guerra e voltaram nos últimos anos. Além do trauma deixado e das más lembranças, muitos não retornaram, pois a cidade se encontra em uma frágil estrutura: além de ter sido destruída pela guerra, Srebrenica não oferece emprego para a população e os investimentos são escassos.

O que se pode observar do caso Srebrenica é que todos os procedimentos adotados e ritos processuais estabelecidos pelo Tribunal Ad Hoc para a Ex-Iugoslávia foram devidamente aplicados e obedecidos, em consonância com os princípios penais e processuais penais adotados pelos sistemas normativos penais da comunidade internacional, dentre eles o princípio da reserva legal; devido processo legal; licitude das provas e, em especial, o da presunção da não culpabilidade.

A análise do caso Srebrenica consubstancia a tipificação do crime de genocídio estabelecido no Tribunal Penal Internacional e demonstra a identidade do crime entre os Países signatários do Estatuto de Roma.

Vale ressaltar, que o processo de tipificação dos crimes internacionais no Estatuto de Roma foi fruto de uma longa construção jurídica. Tanto o direito internacional convencional como o consuetudinário, especialmente no caso dos crimes de guerra e de genocídio, ofereceram os elementos inerentes a tais crimes, elementos estes reiterados pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, possibilitando, desse modo, sua posterior tipificação. O papel da jurisprudência dos TPI's *ad hoc* foi de fundamental importância para a tipificação dos crimes previstos no Estatuto de Roma, especialmente no que se refere ao crime de genocídio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. 25 ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). *Punir os crimes de guerras: os Tribunais Penais Internacionais*. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5tndf6.htm>>. Acessado em 13 abril de 2015

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 819, 16 abr. 1993. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/221/90/IMG/N9322190.pdf?OpenElement>>. Acessado em 13 abril de 2015

GOMES, Gilberto; FRANCO, Leandro; MELO Lígia; IMPARATO, Marcella. *A promoção da paz pelo direito e o caso Karadzic perante o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia*. 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/6.-TPII-Artigo.pdf>> . Acessado em 13 abril de 2015.

IRIGOIN, Jeannette. *La Corte Penal Internacional: diferencias y similitudes con los tribunales para la ex-Yugoslavia y Ruanda*. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Universidad de Talca, 2000.

O'FLAHERTY, M.; GISVOLD, G. *Post-war protection of human rights in Bosnia and Herzegovina*. The Hague: M Nijhoff, 1998.

OLIVEIRA, R. C. *Identidade étnica, identificação e manipulação*. Revista Sociedade e Cultura, v. 6, n. 2, p. 117-131, jul./dez. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Charter of the United Nations*. São Francisco, 26 jun. 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/>>. Acessado em: 02 jan. 2013.

_____. *Convention on Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, 1948. Disponível em: <<http://www.hrweb.org/legal/genocide.html>>. Acessado em 19 nov. 2012

_____. *Rome Statute of the International Criminal Court*, 17 jul. 1998. U.N. Doc. A/CONF.183/9*. Disponível em: <<http://untreaty.un.org/cod/icc/statute/romefra.htm>>. Acessado em 19 nov. 2012.

PEACE PLEDGE UNION INFORMATION. *Talking about Genocide* - Genocides. 2012. Disponível em: <http://www.ppu.org.uk/genocide/g_genocide_intro.html>. Acessado em 19 nov. 2012

PINTO, Mónica. La noción de conflicto armado en la jurisprudencia del Tribunal Penal Internacional para la ex-Yugoslavia. Publicado en *Derecho Internacional Humanitario y Temas de Áreas Vinculadas*, Lecciones y Ensayos nro, 2003, vol. 78.

SILVA, Gustavo. *Da rosa ao pó: Histórias da Bósnia pós-genocídio*. 1 ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2011.

Artigo recebido em: 27.11.2015

Revisado em: 10.12.2015

Aprovado em: 15.12.2015